



REUNIÃO COM SECRETARIA DE RELAÇÕES DE TRABALHO RENDE BONS FRUTOS PARA AS NEGOCIAÇÕES

No dia 6 de junho, em Brasília, diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), se reuniram com o secretário e com a secretária adjunta de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça e Marcela Tapajós, respectivamente. A diretora de assuntos jurídicos do SINTFESP-GO/TO, Terezinha de Jesus Aguiar, esteve presente na ocasião.

A reunião, cujo objetivo foi discutir as injustiças cometidas nas últimas negociações contra os servidores da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST), também tratou das tabelas salariais da categoria; gratificações da área da saúde, Gacen e Gecen; Medida provisória nº 568/2012; assinatura do Termo de Acordo para adesão à Carreira do PST; Geap; pagamento do exercício anterior; e, ainda, gratificação de desempenho na saúde.

A reunião

Logo no início, a CNTSS fez um resgate histórico sobre a luta dos servidores para avançar nas negociações acerca das tabelas salariais, avanço garantido somente com a assinatura do Termo de Acordo na Mesa Setorial da Saúde, em 30 de agosto de 2011. Sobre este assunto, Sérgio Mendonça destacou os impactos da crise mundial no Brasil como um dos agravantes na problemática. O secretário esclareceu, ainda, que a tabela proposta pela secretaria tem como referência a tabela da Carreira do ENEP, que é um pouco menor do que a elaborada pelo DIESSE. "Há restrições no orçamento de 2012, por isso, precisamos analisar como vamos atender as reivindicações dos servidores dentro das nossas possibilidades", reforça.

Durante a reunião, também foram levantadas as injustiças contidas na MP 568/12, a

exemplo do pagamento da insalubridade, pagamento dos médicos com jornada de 20 horas e tabela de pagamento dos servidores do DNOCS. Neste quesito, Mendonça se comprometeu a acompanhar o debate no Congresso Nacional para que a proposta seja aprovada da melhor maneira. A CNTSS solicitou, também, a disponibilização do Termo de Acordo para Adesão à Carreira do PST já que grande parte dos servidores cedidos aos estados e municípios ainda não assinaram o documento. Caso não seja disponibilizado, a entidade propõe que um Termo de Desistência à Carreira do PST seja produzido.

As dificuldades enfrentadas com a rede credenciada da GEAP, o alto custo da participação, o atraso no pagamento dos prestadores e o reajuste dos valores da contribuição também foram discutidos na reunião. Além disso, algumas demandas financeiras dos servidores, referentes ao pagamento de exercício anterior, também foram cobradas, a exemplo da revisão de aposentadorias. A CNTSS lembrou que nem mesmo as pendências, de até R\$ 2 mil, protegidas por lei, estão sendo pagas. O MPOG se comprometeu a fazer um levantamento financeiro e, conseqüentemente, tomar as providências legais pertinentes.

Outro fator discutido no encontro foi o pagamento do segundo ciclo da GDPST, referente a parcela individual. A confederação ressaltou que o benefício foi prorrogado por duas vezes e, ainda assim, existem pendências de homologação no SIAPE. Foi sugerido pela entidade que a secretaria solicite informações à Coordenação de Pessoas do Ministério da Saúde. "Os servidores não podem ser prejudicados financeiramente se o Ministério da Saúde e os Núcleos não conseguem superar as dificuldades burocráticas e, portanto não conseguem garantir a homologação das avaliações individuais de cada servidor", ressaltou.

DESCASO COM A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO SETOR PÚBLICO PODE RESULTAR EM GREVE NACIONAL DOS FEDERAIS

Até o dia 5 de junho, nenhuma proposta concreta havia sido apresentada às entidades representativas dos servidores públicos acerca da reestruturação das diversas carreiras do setor público. Durante reunião ampliada da CNTSS com sindicatos, em Brasília, foi reforçada a possibilidade de greve, caso não haja avanços na implantação de uma política salarial que recomponha as perdas salariais da categoria.

Neste sentido, assembleias setoriais, discussões nos grupos de trabalho e reuniões nos locais de trabalho foram realizadas nos estados para estudar a possibilidade de adesão à mobilização nacional. Em Goiás, a dificuldade de mobilização no INSS e no Ministério da Saúde é grande, todavia, é claro que as expectativas estão nas tabelas elaboradas pelo Dieese e no Aviso Ministerial assinado pelo Ministro Padilha. A diretoria do SINTFESP-GO/TO vê serias dificuldades em aderir ao movimento.

Outra questão tratada na ocasião foi a criação do Fórum Nacional das Entidades assistidas pela Geap. Uma audiência pública no Congresso Nacional já está sendo encaminhada, através do Gabinete da deputada Erika Kokay. Além disso, um escritório jurídico foi contratado para produzir um parecer, até o último dia deste mês, sobre a ação contrária ao aumento abusivo dos planos de saúde

da Geap. Assim que o documento for finalizado, um seminário com as assessorias jurídicas das entidades será realizado para debater uma proposta unificada. O prazo para retorno sobre a pauta do funcionalismo também foi determinado na reunião. Até 31 de julho uma resposta será dada pelo governo sobre a definição de uma nova política salarial e sobre a data base.

Na ocasião, a CNTSS atentou aos participantes sobre a organização e mobilização das entidades para uma possível greve nacional. Após oito audiências, o Governo ainda não apresentou qualquer resposta concreta quanto às pautas específicas, dentre elas, que trata da reestruturação das Tabelas Salariais do PST, o GT de Carreiras do Seguro Social e a agenda de negociação da ANVISA.

Ao final da reunião, ficou definido que um documento será elaborado, explicitando a posição da CNTSS e dos sindicatos filiados, frente ao descaso do governo no processo de negociação; distribuição de um jornal, em âmbito nacional, sobre as lutas abraçadas pela categoria; realização de assembleias locais para deliberar sobre a Greve Nacional dos Federais; e realização de uma Plenária Nacional no dia 03 de julho, em Brasília, para avaliar os resultados das assembleias estaduais, dentre outras.

AUDIÊNCIA DISCUTIRÁ IMPACTO DO AUMENTO DE CUSTEIO DA GEAP

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizará nesta quinta-feira (28) audiência pública para discutir o aumento do custeio da Geap-Fundação de Seguridade Social e o impacto para os servidores.

O debate foi proposto pela deputada Gorete Pereira (PR-CE). "A audiência é necessária para que possamos discutir o impacto do aumento do custeio do plano Geap Saúde na vida dos servidores públicos. Esperamos, com a audiência pública, encontrar alternativas e soluções que minimizem o impacto desses aumentos, evitando assim transtornos irreparáveis aos servidores e seus dependentes", disse ela.

A Geap é a maior operadora de planos de

saúde atuando no funcionalismo — conta com 90 patrocinadores e cerca de 700 mil associados. Quase metade desse total tem 60 anos de idade ou mais.

Foram convidados representantes do Ministério do Planejamento; Ministério Público Federal; Tribunal de Contas da União; Fenasps; o diretor-executivo da Geap, Carlos Santos; o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Maurício Ceschin; e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Solon de França.

A reunião será realizada às 10 horas, no Plenário 12.

Fonte: Agência Câmara